

## **A sinergia ESG-ODS**

**Nenhuma orientação foi dada aos ministros para que a estudassem e indicassem os ODS mais pertinentes para a avaliação de suas ações**

**José Eli da Veiga**

**Valor, 25/08/2023**

Qual o efeito de prática ESG vinculada aos objetivos da Agenda 2030? Ótima resposta está em recente artigo sobre as empresas das companhias abertas listadas na B3, publicado na RGO (Revista Gestão Organizacional), por pesquisadores da Unichapecó.

São as empresas com altos desempenhos “concomitantes” em ESG e ODS que alcançam as melhores reputações e apresentam os melhores índices “Market-to-Book”, conforme o jargão da contabilometria.

Mas a dobradinha ESG-ODS, que também incita as empresas a alcançarem bons desempenhos na dinâmica da descarbonização, ainda escapa até a bons observadores da prática ESG. A relação com os ODS, os objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, foi solenemente ignorada, por exemplo, no recente relatório KPMG ESG Yearbook Brasil 2023.

O Financial Times chegou a qualificar de “perversa” a falta de correlação entre boas notas em ESG e intensidade de carbono. Mesmo quando só se leva em conta a parte ambiental dessas pontuações.

O pior é que executivos, aparentemente sagazes e instruídos, acusam a ESG de inflacionária e os ODS de utópicos. Só demonstram o quanto prestigiados quadros podem ser, simultaneamente, míopes e bitolados.

Sim, é provável que possa ser inflacionária parte das imprescindíveis medidas da transição energética. Tanto quanto poderão vir a ser intensamente deflacionários os primeiros sinais de superação da matriz fóssil.

Executivos, aparentemente sagazes e instruídos, acusam a ESG de inflacionária e os ODS de utópicos

Também é comum que se use o termo utopia como sinônimo de fantasia, sonho, ilusão, mito ou químera. Porém, não é preciso ter frequentado Harvard, MIT, Oxbridge ou Sorbonne para saber que utopia é, antes de tudo, a visão de futuro em que uma civilização assenta seus melhores propósitos e esperanças.

Quem ataca as ambições do movimento ESG-ODS dá força para o que há de mais sombrio no mundo atual. Quem, ao contrário, deseja que as sociedades deixem de ser tão carentes, desiguais e antiecológicas, só pode incentivar o que o pessoal de Chapecó chamou de “concomitâncias”.

Por aqui, há dois sérios obstáculos.

Primeiro, porque o universo empresarial é muito maior do que a nata formada pelas companhias abertas listadas na [B]3. O desafio é conseguir que as demais tomem os rumos dos ODS, além de aprenderem a prática ESG.

Segundo, porque ainda é frouxa a valorização da Agenda 2030 no Brasil.

Houve um excelente começo, visto que o IBGE esteve entre as organizações que mais ajudaram na própria concepção e arranjo dos ODS, durante preparativos internacionais pré-2015.

Embora a representação do Itamaraty nas Nações Unidas tenha chegado a vacilar, isto não impediu que a presidente Dilma Rousseff garantisse, à sua Assembleia Geral, a firme adesão do Brasil à agenda dos “5 Ps”: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias, em setembro de 2015.

Só que Pindorama já entrava em uma de suas piores crises. Foi entre o início de dezembro de 2015 e o fim de agosto de 2016, que se concentraram os procedimentos do impeachment, deixando ínfimo espaço político para preocupações com ODS.

Mesmo assim, boas iniciativas puderam vingar, entre as quais se destaca o trabalho do Ipea para a nacionalização das metas da Agenda 2030 ou a concepção de uma Comissão Nacional dos ODS (CNOODS), “com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência à sua implementação”.

Apesar de só ter sido formalizada em outubro de 2016, já no governo Temer, ela até elaborou um “plano de ação”, que foi para o lixo com a posse do presidente eleito em 2018. No quadriênio seguinte, os ODS mal subsistiram em pautas de entes subnacionais, de entidades do terceiro setor, de algumas empresas e de raros acadêmicos.

Então, só poderia ser colossal a esperança de uma regeneração no governo Lula-3. Porém, tem sido inconsistente seu desempenho ao longo destes quase oito meses.

Para começar, nada sobre a Agenda 2030 entrou no relatório final da transição. Mais: nenhuma orientação foi dada aos ministros para que a estudassem e indicassem os ODS mais pertinentes para a avaliação de suas ações.

Foi surpresa, portanto, a Agenda 2030 ser chamada de “nossa bússola” pelo presidente Lula. Isto foi em abril, no discurso ao G-20. Só que, em maio, ao ser instalado o principal órgão de sincronia do Estado com a sociedade civil - o ‘Conselhão’ - tal “bússola” foi esquecida.

Apesar de a Agenda 2030 ter merecido grande destaque em discussões plenárias voltadas à elaboração do PPA, sequer existem menções a tal fato nas plataformas digitais do Ministério do Planejamento e da Secretaria Geral.

A discrepância é ainda mais preocupante quando se compara o novo PAC ao que já é possível saber sobre o plano “TransEco” (de Transformação ou Transição Ecológica). Pior: embora tudo indique que já estejam sendo revertidas várias das propensões anti-ODS do tenebroso último quadriênio, até agora não se tem como dizer quais.

Todos esses deslizes geram alta incerteza sobre o desempenho do Brasil no “SDG Summit”, da ONU (Nova York, 19-20 de setembro de 2023). O mais provável é que seja débil, mas isto talvez ainda possa mudar se os mais engajados na cooperação ESG-ODS se mexerem. Especialmente os que participam do Conselho. Só restam três semanas.

**José Eli da Veiga é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP:**  
[www.zeeli.pro.br](http://www.zeeli.pro.br)